
CONVITE À SUBVERSÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ENTREVISTA COM JOSELI MARIA SILVA

Helena Rizzatti

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas
Professora Efetiva Magistério Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
helena.rizzatti@ufjf.br

Kena Azevedo Chaves

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Brasil
Pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, Brasil
kena.chaves@fgv.br

Apresentação

Joseli Maria Silva é graduada, mestra e doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), respectivamente. Fez pós-doutorado em Geografia e Sexualidade na University of Brighton e em Geografia na Universidade Estadual Júlio de Mesquita (Unesp) em Presidente Prudente. É editora chefe da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero desde 2010. E desde 2003 coordena o Grupo de Estudos Territoriais e com trabalhos extensionistas participa da ONG Renascer direitos humanos LGBT desde 2006. Além disso, tem uma ampla contribuição para o desenvolvimento da Geografia Feminista no Brasil, registrada em publicações nacionais e internacionais.

Essa importante geógrafa brasileira aceitou responder nossas perguntas possibilitando uma reflexão sobre sua trajetória. Na entrevista, Joseli aponta e comenta as dificuldades enfrentadas na condução de sua pesquisa e atividades acadêmicas no âmbito das Geografias Feministas, linha de pesquisa sobre a qual desenvolve todo o seu trabalho por meio do que define como subversões. Ao longo das respostas apresenta sua perspectiva, e de seu grupo de pesquisa, sobre a importância da corporeidade e a necessidade de subverter a hierarquização das escalas nos estudos geográficos, apontando limites das

análises interescares. Indica ainda outro desafio para as pesquisas: enegrecer as geografias feministas e generificar as geografias das racialidades.

Helena Rizzatti e Kena Chaves: Em alguns trabalhos, você argumenta que as Geografias Feministas estão para além da Geografia de Gênero. Estamos falando de geografias diferentes? Em quais pontos ambas se relacionam ou se distanciam?

Joseli Maria Silva: Antes de responder às perguntas, gostaria de agradecer a iniciativa de explorar o campo das geografias feministas, ao qual estou afiliada há, pelo menos, vinte e cinco anos. Saber que há jovens gerações interessadas nisso é uma forma de olhar meu passado com uma sensação de que as dores valeram a pena e que o porvir é promissor devido a vocês. Obrigada pela promessa de futuro das geografias feministas no Brasil!

Há um equívoco em pensar que as geografias feministas são a mesma coisa que a geografia de gênero. Assim como pensar que os estudos de gênero são abordagens sobre mulheres também é incorreto. Contudo, o fato de as geografias feministas não serem um alvo de curiosidade de grande parte da comunidade geográfica brasileira faz com que as pessoas acabem confundindo todas essas coisas. Quando falamos em gênero, abordamos diversas formas de agir das pessoas, que não estão soltas no mundo, mas conectadas às estruturas sociais já criadas. O gênero é um ordenamento social que orienta o agir das pessoas que, na nossa sociedade ocidental, se divide entre masculino e feminino. Então, ao agir, pessoas criam feminilidades ou masculinidades que são múltiplas, pois são dependentes do tempo, espaço, corporalidade do ser que age e assim por diante. Falar de gênero, portanto, não é o mesmo que falar de mulheres ou do feminino. O fato é que como as masculinidades constituem o polo de poder das relações de gênero, elas não têm sido problematizadas na geografia. O que, a meu ver, é uma pena. É como se a constituição do masculino fosse dada, natural, pouco questionada, passa como algo obviamente indiscutível. Há raros estudos sobre masculinidades na geografia brasileira que, notadamente, trazem como foco as masculinidades periféricas (Silva, Ornat e Chimim Junior, 2011). Enfim, temos o péssimo hábito de não questionar o poder. A hegemonia dos estudos de gênero aborda as feminilidades, o que é bom, mas não é o suficiente para compreendermos as relações de poder entre homens e mulheres.

Quando confrontamos a geografia feminista e a geografia de gênero, é possível apontar que o método é o cerne da diferença. É possível eleger um tema de gênero, mas no processo de pesquisa utilizar métodos que não se comprometam com a constituição de visibilidade, de empoderamento do grupo de colaboradorxs da pesquisa e de transformação das relações de poder no fazer científico. Nesse caso, temos uma pesquisa de geografia de gênero, mas não feminista. Quando adotamos uma postura de fazer científico feminista, enfrentamos a tradição epistemológica, os poderes instituídos e trazemos para o debate a figura dx pesquisadx encarnada e posicionada. Portanto, fazer geografia feminista incomoda mais do que fazer geografia de gênero. Trabalhar com um tema não usual em um determinado campo de saber já não é fácil. Mas adotar uma prática científica feminista é algo visto como ameaçador, já que questiona a autoridade de determinadas teorias e sujeitxs cujas posições de prestígio já estão legitimadas na academia. Eles podem coincidir, o trabalho sobre gênero com uma prática feminista, mas nem sempre irão. Podemos fazer uma geografia feminista, sem propriamente abordar gênero, como já afirmei em um artigo sobre Doreen Massey (2017).

HR e KC: Além das geografias de gênero e feministas, você propõe um outro enquadramento – que também é uma provocação – apontando para as geografias subversivas. Partindo dessa perspectiva, quais as críticas que estão posicionadas em relação à geografia brasileira tradicional?

Joseli Maria Silva: Em 2009, escrevi o livro *Geografias Subversivas*, que tinha uma abordagem feminista. Esse livro é majoritariamente construído com textos não aprovados em revistas científicas da área da geografia no Brasil. Então, como percebi o rechaço da geografia que eu fazia nos periódicos científicos, resolvi publicar os textos em livro. A ideia de subversão que adotei é de expressar minha revolta contra a hegemonia de pensamento que desqualificava a possibilidade de criar outras imaginações geográficas que não fossem as já estabelecidas. O livro é uma crítica a um modo de pensamento que dificulta a visibilidade de grupos subalternizados, a partir de diversas facetas que extrapolam a questão de classe. A classe é um componente fundamental, mas raça, gênero e sexualidades também são importantes para compreender a dominação tamanha do sistema capitalista. Sou marxista de formação e está clara a interdependência das esferas de produção e reprodução. O fato de o pensamento hegemônico geográfico brasileiro preferir estudar o aspecto produtivo não significa que outras abordagens não sejam

relevantes. A subversão que adoto é tênue, mas prolongada e incansável! Isso porque reconheço a importância das abordagens hegemônicas para o campo científico, mas também reivindico espaços de enunciação própria. A postura subversiva de uma pessoa que pesquisa num campo estruturado para ocultar alguns grupos e práticas implica desconstruir conceitos, duvidar que os enunciados sejam inquestionáveis. Essa postura desobediente numa estrutura rígida de formalidades como é a ciência é dolorosa e solitária. Não há desobediência sem castigo! Acho que vivi de castigo minha carreira toda como pesquisadora e isso deixa marcas físicas e mentais. O lugar do castigo deve ser mostrado para a comunidade científica, para que outras pessoas não façam o mesmo, não sigam o mau exemplo. Ridicularizar em público, isolar de relações, constituir-se alvo de comentários depreciativos é o ritual do poder científico. Viver de castigo nas relações acadêmicas provoca profundo exílio, é verdade. Contudo, esse lugar também é um lugar reflexivo, capaz de criar imaginações geográficas descompromissadas com a tradição. Afinal, uma pessoa proscrita também não deve nada a ninguém e isso ajuda muito na criatividade. Então, penso que a subversão é uma postura científica necessária para que a pluralidade de ideias possa conviver e enriquecer a geografia, para além das geografias feministas. Prefiro usar o termo “hegemônica” do que “tradicional”, porque nem todas as geografias hegemônicas são tradicionais e, ainda assim, também desprezam a importância dos estudos de gênero na compreensão da realidade espacial. Nesse sentido, a geografia hegemônica, no meu entender, é aquela legitimada e reproduzida em forma de citações e referências pela comunidade acadêmica na produção científica de diversas naturezas, como teses, livros e artigos científicos, bem como na base curricular dos planos de curso das universidades brasileiras, tanto no nível da graduação como da pós-graduação. Nesse sentido, é possível afirmar que há uma hegemonia de uma perspectiva geográfica que considera o espaço constituído por agentes produtores, por ações e objetos, mas não considera sujeitos encarnados. Os corpos importam nas possibilidades do agir e, portanto, na forma como as pessoas constituem suas geografias. Penso que esse é um importante caminho de reflexão que nossa comunidade científica deve considerar, para avançarmos para uma geografia plural, capaz de constituir sentido na vida das pessoas e ser valorizada como conhecimento capaz de transformar os espaços de vida. Geografias íntimas não são aquelas que só dizem respeito às escalas de pequeno tamanho, mas aquelas que conseguem conectar existências cotidianas corporificadas com processos amplos, envolvendo poderes muitas vezes não perceptíveis materialmente por muitas pessoas.

Corpos de mulheres indígenas que se tornam inférteis porque são atingidos pela contaminação de áreas tomadas por empresas que possuem capitais abertos, cujos acionistas não são personificados, constituem um exemplo do que argumento. Assim, penso que a corporeidade é o desafio da geografia hegemônica atual e, apesar de muitas críticas que recebo, não advogo por uma oposição entre as geografias feministas que adotam a perspectiva de interdependência escalar e a geografia hegemônica. O que me oponho é ao recorte e à contemplação da visibilidade dos processos e estruturas que não trazem pessoas de carne e osso, posicionadas em tempo e espaço, bem como suas geografias íntimas. A ideia da subversão, portanto, traz as geografias íntimas encarnadas, suas interdependências com outras escalas para criar conexões que possibilitem constituir sentidos para compreensão das espacialidades experienciadas, bem como a energia para as transformações necessárias.

HR e KC: No Brasil, existem ainda poucos grupos de pesquisa que empregam perspectivas feministas para a construção de análises geográficas. Desde a sua trajetória e perspectivas, quais os desafios para as práticas de pesquisa e para o fazer geográfico feminista que podem ser entraves para a ampliação desse campo?

Joseli Maria Silva: Quando observo o passado, falo de 25 anos atrás, quando iniciei minhas incursões sobre gênero na geografia, posso afirmar que há um fortalecimento das perspectivas feministas nos dias de hoje. O próprio fato de um periódico científico abrir espaço para uma entrevista com a temática que vocês propuseram é um sintoma desse processo. As geografias feministas ainda sofrem de espaço e apoio para seu desenvolvimento. Contudo, falar em gênero não é mais um perigo para ser taxada de louca como era, há alguns anos. Entretanto, o futuro apresenta entraves para seu crescimento que vão além do âmbito intelectual da formação epistemológica da geografia brasileira. As geografias feministas exigem uma prática acadêmica que não é imediatista com os resultados. Isso porque toma cuidado em refletir sobre as relações de poder com os grupos de colaboradores, a forma de compartilhar o saber produzido conjuntamente, pensar sobre como gerenciar a distribuição do prestígio gerado a partir de saberes que não estão na academia. Isso tudo envolve uma prática acadêmica que está cada vez mais antagonizada com o processo flexibilização do trabalho docente nas universidades brasileiras, que tem adotado modelos neoliberais de produção acadêmica. Esse é um entrave para a manutenção das práticas feministas de produção científica nas universidades. Outro

entreve é o preconceito em relação ao saber produzido sobre gênero e sexualidades, que se torna ainda maior quando quem pesquisa traz em sua corporalidade as marcas que posicionam produtores de saberes em lugares de menor expressão e prestígio. Ninguém quer ficar nessa posição, notadamente estudantes que precisam pensar em seu futuro acadêmico. As marcas no currículo de uma pessoa com uma produção científica ligada ao gênero, raça e sexualidades influenciam nas bancas de concursos. Assim, a possibilidade de atração de pesquisadores é reduzida, quando se compara com áreas de maior prestígio. É muito comum pessoas me falarem que se sentem atraídas pelos temas que pesquiso, mas que não querem passar por situações que dificultem a trajetória profissional. Esse é um sintoma que indica as fortes resistências enfrentadas pela abordagem feminista no nosso campo acadêmico. De toda forma, vocês representam o futuro das geografias feministas no Brasil e, como penso que as lideranças fazem um papel fundamental na produção do conhecimento, olho para vocês com esperança de que as geografias feministas persistam, apesar de tantos elementos contra seu crescimento! A geografia é o que fazemos dela e desejo muita garra para as novas gerações de pesquisadorxs feministas para permanecerem na luta por respeito e acolhimento de nossas produções científicas.

HR e KC: Na academia, os debates sobre gênero e raça têm se aproximado, também como resultado de tensionamentos importantes de grupos feministas e antirracistas. De que maneira as produções das geografias feministas incorporam a dimensão racial? Como e quando essas categorias se encontram no debate geográfico?

Joseli Maria Silva: Na geografia brasileira, parece haver uma perspectiva de aproximação das geografias das racialidades e feministas, como vocês salientam, mas é algo recente e é uma perspectiva de futuro. Penso que o ex-presidente do Brasil de extrema-direita, ao atacar comunistas, feministas e antirracistas num bloco só, fez com que houvesse uma união entre esses movimentos sociais. Contudo, na produção geográfica, digo que precisamos enegrecer as geografias feministas e generificar as geografias das racialidades. As produções das geografias feministas brasileiras ainda são majoritariamente brancas e, quando olhamos a produção das geografias das racialidades, ela é hegemonicamente não generificada e produzida predominantemente por homens. Falo isso pelo levantamento realizado no Observatório da Geografia Brasileira que coordeno, no Grupo de Estudos Territoriais, que deu origem ao trabalho de dissertação

que orientei de Cíntia Cristina Lisboa da Silva (2022), com o título *Silenciamentos da geografia brasileira: interseccionalidade de gênero e raça na produção de artigos científicos após os anos 2000*. A partir do levantamento que envolve mais de vinte e três mil artigos catalogados no observatório, é possível afirmar que é fundamental abrirmos o caminho para a interseccionalidade em ambos os campos, tanto na geografia feminista como na geografia das racialidades. Às vezes, pensamos que grupos que sofrem algum tipo de opressão não seriam capazes de produzir outras formas de opressão e isso não funciona assim. Há machismo e misoginia no campo das racialidades, assim como há racismo no campo feminista. Não somos imunes aos poderes que nos formam subjetivamente e isso influencia na forma como agimos na academia também. O importante é a gente ter consciência de que as diferenças corpóreas são valoradas em nossa sociedade e que nos posicionam em diferentes lugares de poder. Eu sou uma mulher branca e sei que isso é um privilégio, em uma sociedade racista como a nossa. A cor da minha pele é valorada por uma estrutura maior do que eu mesma e isso também me constitui. Agir para dismantelar o privilégio branco como uma mulher branca é desafiador e necessário, se quisermos construir uma sociedade menos violenta, mórbida e destrutiva. Esse é um exercício diário porque a colonização forjou minhas subjetividades também e lutar contra isso é um processo. Tenho tentado, mas muitas vezes me vejo em contradições. Reflito sobre elas e procuro corrigir os erros. Creio que esse é o desafio do qual as geografias feministas brasileiras não podem fugir, colocar a raça como fundamental nas relações de gênero, trazer as interseções para o debate. Num país colonizado da forma violenta como foi o Brasil, isso é imperioso. Mas as sexualidades não podem ser separadas das análises de gênero. Percebo uma certa aceitação da abordagem de gênero recentemente na geografia do Brasil, mas isso não ocorre com as dissidências de gênero e sexualidades. Falar em mulheres ainda se tolera, mas falar em mulheres lésbicas, trans, ou gays é um tabu que não foi ultrapassado na academia. Quando escrevi sobre interseccionalidades, em 2009, no livro *Geografias Subversivas*, lembro que as pessoas não aceitavam que esse conceito pudesse ser incorporado pela geografia. Atualmente, pela difusão das redes sociais, a interseccionalidade se tornou uma palavra corriqueira trazida para a sala de aula nos primeiros anos da graduação em geografia, pela juventude. Então, temos que lidar com isso, já que é um conteúdo social que faz parte do cotidiano de quem escuta podcasts, lê posts de Instagram, assiste canais do YouTube e

assim por diante. Não há como evitar que a ciência geográfica se mantenha apartada dos movimentos sociais e se escamoteando do debate em torno das interseccionalidades.

HR e KC: Muitas teóricas tratam o lugar e o cotidiano como escala de análise geográfica privilegiada para a investigação feminista. Que caminhos você identifica para a construção de leituras multiescalares, que conectem aos processos cotidianos às reflexões sobre globalização e sobre as crises do período neoliberal?

Joseli Maria Silva: A discussão do conceito de escala na geografia brasileira é reduzida. Não há grandes debates teóricos como em torno de outros conceitos, como território, espaço, lugar, região e paisagem. Mas a escala para nós, feministas, é fundamental. Justamente porque é por meio da ideia da escala que podemos entender as interdependências desde a escala do corpo até a global. Sallie A. Marston (2000), uma importante feminista, argumenta que a escala é uma forma que a geografia criou para organizar e hierarquizar o mundo, sendo assim uma criação humana, uma forma de conceber os espaços em determinada cultura de saber. Então, as feministas trazem o corpo como uma escala tão importante como a global, insistem que a hierarquia que determina o corpo, a casa, o local como escalas sem importância para a geografia, nada mais é do que uma forma de concepção masculina do mundo, pois o global não existe sem o local e as pessoas. Um volume especial da *Transactions of the Institute of British Geographers*, publicado em 2005, apresenta uma proposta de imaginação geográfica alternativa escrita por Sallie A Marston com John Paul Jones III e Keith Woodward (2005), com o nome *Human geography without scale*. O artigo foi amplamente debatido no mesmo volume por seis pesquisadoxs e, no final do volume, Sallie A Marston e seus colegas (2006) respondem às críticas recebidas por Chris Collinge (2006), Arturo Escobar (2007), Scott William Hoefle (2006), Andrew Jonas (2006) e Helga Leitner e Byron Miller (2007), com outro artigo chamado *Situating Flatness* (2006). Nesse volume, há um desafio lançado para reinventar conceitos, constituir novas imaginações geográficas capazes de compreender a “complexidade situada das conexões do mundo” chamando a atenção para as relações íntimas e divergentes entre corpos (humanos e não humanos), objetos, ordens e espaços. Trata-se do lançamento de um desafio à imaginação geográfica que pensa as escalas em relações verticais e horizontais de forma oposicional.

Doreen Massey (1994, 2004), embora não seja seu foco como feminista, desafia a imaginação geográfica escalar quando insiste no argumento de que o local é concreto e

real, tanto quanto o global. O global não é algo abstrato, mas formado por uma política de conectividade de locais em “geometrias de poder”. As redes de relações e práticas constroem lugares, mas também os conectam com outros locais, formando incomensuráveis fluxos cujos resultados são imprevisíveis porque são dependentes da política. A forma com que a geografia tradicionalmente concebeu a escala como um ordenamento de importância verticalizada do mundo é base da crítica feminista. Essa forma de concepção da escala é uma criação humana reproduzida pelos pactos sociais e, ao mesmo tempo, ela implica a manutenção das mesmas hierarquias. Portanto, é necessário pensar outras formas de ordenamento. Tais proposições feministas não têm sido bem-vindas na geografia brasileira. Com grande pesar, o imenso esforço de complexificar a imaginação geográfica do mundo contemporâneo por Sallie A Marston e seus colegas (2005) foi considerada uma “tese além de extravagante, flagrantemente falaciosa” (Souza, 2013, p. 214), no Brasil. Uma proposição teórica debatida em um volume inteiro de um periódico científico respeitável mundialmente, como é o *Transactions of the Institute of British Geographers*, foi reduzida a essa afirmação hostil, não havendo argumentos sólidos para tal declaração. A grande tese de Doreen Massey (1994) sobre o “sentido global de lugar” que desafia o pensamento epistemológico de uma época de produção científica sobre a relação local e global, incluindo aí uma crítica às concepções escalares tradicionais, foi comentada superficialmente e desacreditada, sendo descrita como uma proposição “sofisticada”, mas que “apesar de tudo, o próprio enfoque de Massey suscita alguns questionamentos e demanda aprimoramentos”, mas nem sequer aponta os aprimoramentos necessários àquela proposta (Souza, 2013 p. 120). As geografias feministas têm criado proposições importantes, mas, no Brasil, seu potencial de transformação da imaginação geográfica tem sido desprezado. As ideias feministas estão presentes, mas não são consideradas seriamente no campo da epistemologia brasileira. Alguns momentos nos deixam falar sobre “realidades espaciais de mulheres” como uma espécie de favor que nos concedem, já que convencemos a comunidade geográfica que as mulheres existem e produzem espaço. Mas não somos levadas a sério em proposições conceituais que mudem perspectivas epistemológicas para geografia.

A escala é um conceito-chave para o pensamento feminista, mas como toda imaginação geográfica feminista deve questionar a forma com que os conceitos foram criados e

disseminados, para nós, não há possibilidade de transformação das ações do mundo se não podemos pensar o mundo de outras formas para além daquela que instituiu os poderes que nos invisibilizam. O pensamento vertical versus horizontal da escala não coloca a vida humana corporificada no centro do debate e a globalização parece algo abstrato. As feministas desafiam pensar as conexões sem hierarquizar previamente, possibilitando dar visibilidade às agências, às resistências promovidas na vida cotidiana encarnada.

HR e KC: Abordagens que tomam o corpo como escala ainda são tímidas nas investigações na geografia. Você inclusive publicou um livro recentemente privilegiando essa escala de análise. Temos refletido que construir análises tomando o corpo como ponto de partida traz como desafios não individualizar processos que são coletivos e, ao mesmo tempo, buscar evitar a generalização de perspectivas, respeitando a singularidade dos sujeitos. Como equacionar essas preocupações no âmbito da pesquisa? Que outros pontos de atenção, ou questões metodológicas, você destacaria para a operacionalização de análises geográficas que partam do corpo?

Joseli Maria Silva: Sabe que as questões do corpo permeiam minha pesquisa há muitos anos e só agora fiz o livro, porque não é fácil produzir pesquisa a partir de uma instituição periférica, os recursos são escassos em uma universidade no interior do Paraná. Difícil também é obter credibilidade nas minhas proposições teóricas e metodológicas quando me posiciono em local científico de pouco prestígio. Recentemente, ficou mais fácil falar de corpo porque alguns grandes nomes da geografia brasileira abriram esta discussão (Souza 2013; Haesbaert, 2020) e tornaram minha vida acadêmica mais fácil. Quando criticam minha concepção de corpo como espaço, eu já posso me apoiar nessas pessoas que conquistaram profundo e merecido respeito acadêmico que eu não tenho, como feminista.

A preocupação que vocês apresentam sobre individualização e generalização não é nova na geografia. Discussões parecidas já ocorreram com conceitos como lugar e região, por exemplo. Vivemos esse dilema apenas quando não aceitamos que o que é possível realizar como cientista é um conhecimento parcial. A totalidade jamais alcançaremos, muito menos produziremos uma verdade capaz de trazer compreensões gerais. Isso ocorre justamente porque o método científico envolve recortes da realidade. É na definição dos recortes que fazemos escolhas que possibilitam responder às nossas questões de pesquisa. Assim, sempre recortaremos um grupo de pessoas cujas características corporais possuem

similaridades entre si. Não há como falar de corpos de mulheres no geral, em uma pesquisa. É preciso especificar essa mulher em termos de classe, raça, idade e assim por diante. A compreensão possível que podemos construir sobre um determinado fenômeno será com base nas características corpóreas localizadas temporal e espacialmente. Na geografia, notadamente, não se pode falar de corpos e suas características sem localizá-los, porque, certamente, a situacionalidade desses corpos terá importância nas experiências encarnadas das pessoas. Tudo se define pela pergunta e, acima de tudo, pela escuta cuidadosa dos argumentos com quem construímos a investigação. A ideia decolonial de corpo-território, por exemplo, tem uma concepção que está ligada à forma como as mulheres indígenas compreendem seus corpos. Como os povos indígenas possuem formas específicas de compreender o humano e o não humano, a partir de uma noção de interdependência, a conexão do corpo como território é clara. A mesma ideia de corpo-território em sociedades ocidentais que compreendem a si mesmas a partir da oposição da cultura e da natureza, em que o corpo humano é o centro do poder, com o direito de explorar outros corpos não humanos, pode não ser adequada. Os conceitos não possuem validade em si mesmos, eles são confrontados pela realidade. Vejo, muitas vezes, as pessoas escolherem conceitos *a priori* e tentam fazer com que ele seja uma ferramenta de compreensão para uma realidade que não é compatível. Isso ocorre porque conceitos são criações humanas, produto da investigação de uma pessoa posicionada e que questiona uma dada realidade. Antes da pandemia, fizemos um trabalho com mulheres vítimas de violência no Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Para participar desse núcleo, as mulheres não precisam estar em processo de separação. Muitas delas vivenciam conjugalidades violentas. Os relatos femininos desse grupo sobre o não controle de sua sexualidade, vestimenta e desejos eram sintomas de não autoridade sobre seu próprio corpo, e a materialidade corpórea era tomada pela vontade e ação masculinas. Elas não se sentiam controlando seu espaço corpóreo, não o constituíam como seu território. O espaço corpóreo dessas mulheres era território de outro, do masculino. Algumas dessas mulheres se separaram de seus agressores e suas falas, posteriormente, indicavam uma transformação discursiva, a partir de uma narrativa de sentir um espaço corpóreo retomado por elas. É possível falar sobre o corpo-território explicando todos os grupos de mulheres? A resposta é não. Muitas vezes, os conceitos parecem ser mais poderosos do que as falas das pessoas com as quais nos relacionamos no processo de pesquisa e temos que estar atentos para não cometermos violência

epistêmica contra os grupos que colaboram conosco, tirando deles a autonomia sobre como descrevem suas experiências. Os corpos são referentes, podem ser compreendidos como espaço, outras vezes não. Podem ser compreendidos como territórios, às vezes não. Tudo depende do processo de pesquisa, das relações estabelecidas, da mediação dos discursos teóricos e dos discursos da experiência. Espero ter conseguido expressar a forma com que metodologicamente abordei o corpo, mas, de toda forma, o livro *Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados*, publicado em 2023, pode ser útil para aprofundar essa abordagem.

REFERÊNCIAS

COLLINGE, Chris. Flat ontology and the deconstruction of scale: a response to Marston, Jones

and Woodward. **Trans Inst Br Geogr**, n. 31, p. 244–251, 2006.

ESCOBAR, Arturo. The ‘ontological turn’ in social theory. A Commentary on ‘Human geography without scale’, by Sallie Marston, John Paul Jones II and Keith Woodward. **Trans Inst Br Geogr**, n. 32, p. 106–111, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>

HOEFLE, Scott William. Eliminating scale and killing the goose that laid the golden egg? **Trans Inst Br Geogr**, n. 31, p. 238–243, 2006.

JONAS, Andrew E G. Pro scale: further reflections on the ‘scale debate’ in human geography. **Trans Inst Br Geogr**, n. 31, p. 399–406, 2006.

JONES III, John Paul, WOODWARD, Keith e MARTSON, Sallie A. Situating Flatness. **Trans Inst Br Geogr**, n. 32, p. 264–276, 2007.

LEITNER, Helga, MILLER, Byron. Scale and the limitations of ontological debate: a commentary on Marston, Jones and Woodward. **Trans Inst Br Geogr**, n. 32, p. 116–125, 2007.

MARTSON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, v, 24, n. 2, p. 219-242, 2000.

MARTSON, Sallie A, JONES III, John Paul, WOODWARD, Keith . Human geography without scale. **Trans Inst Br Geogr**, n. 30, p. 416– 432, 2005.

MASSEY, Doreen. A Global Sense of Place. In: MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994, p. 146- 156.

MASSEY, Doreen. Geographies of responsibility, **Geografiska**, v. 86, n. 1, p. 5–18, 2004.

SILVA, Joseli Maria Silva, ORNAT, Marcio Jose, CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Espaço, gênero e masculinidades plurais**. Ponta Grossa: Todopalavra, 2011.

SILVA, Joseli Maria Silva, ORNAT, Marcio Jose, CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. ‘Não me chame de senhora, eu sou feminista’! Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 1-20, 2017. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13796>

SILVA, Joseli Maria Silva, ORNAT, Marcio Jose, CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados**. Ponta Grossa: Todopalavra, 2023.

SILVA, Cíntia Cristina Lisboa da. **Silenciamentos da geografia brasileira: interseccionalidade de gênero e raça na produção de artigos científicos após os anos 2000**. Dissertação de Mestrado (mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, p. 179, 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.